

MEMÓRIAS ESCOLARES EM CAMPINA GRANDE (1907-1957)

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (UEPB)

Orientador: Josemir Camilo de Melo

O objetivo deste artigo será investigar as diversas representações criadas por alguns sujeitos a cerca das suas experiências educacionais nas primeiras cinco décadas do século XX em escolas de Campina Grande. Foram analisadas as crônicas e as memórias literárias dos seguintes sujeitos: Álvaro Leão, Antonio Pereira, Clóvis Cabral, Cristino Pimentel, Eurípides de Oliveira, Francisco Maria Filho, Hortênsio Ribeiro e Manuel Mendes. Além da análise destes cronistas e memorialistas foi realizada também a transcrição e investigação do depoimento oral da ex-professora Lêonia Leão. O enfoque teórico - metodológico foi numa perspectiva da Nova História Cultural, principalmente à luz das Representações (Chartier, Bourdieu). De maneira geral, as referências à educação escolar dos nossos cronistas e memorialistas campinenses são quase sempre caracterizadas por duas concepções. Uma, centrada nas contribuições dos seus respectivos professores para construção do que eles se tornaram, é o caso de Cristino Pimentel, Manuel Mendes e Hortênsio Ribeiro. Na outra concepção há uma edificação de um painel escolar muitas vezes impiedoso e severo, marcada por aulas sufocantes e professores autoritários, que aterrorizam cotidianamente as crianças, como é o caso das crônicas dos escritores Antonio Pereira de Moraes, Francisco Maria Filho e Eurípides de Oliveira.

Palavras-Chave: História da Educação, Memória, Oralidade.

Introdução

Uma das maneiras de se abordar a história da educação é construir uma narrativa que verse sobre as experiências dos diferentes sujeitos em relação à educação escolar. Escritos autobiográficos, ou escritas de si, geralmente trazem importantes alusões das práticas escolares, aspectos sobre a relação professor e aluno, usos de livros didáticos, programas currículos, formas de controle, entre outros. E são justamente estas experiências que tencionamos captar através de uma investigação das diversas representações criadas por alguns dos cronistas e memorialistas de Campina Grande nas primeiras cinco décadas do século XX. Entre os distintos escritores memorialistas existentes ao longo do último século, nem todos viveram e estudaram no período compreendido de 1907 a 1957, período em que Campina Grande viveu um fenômeno conhecido como *cidade ponta de trilhos* (muito popular na Inglaterra – the hailhead cities), e que impulsionou muito o seu crescimento econômico, urbano e cultural. Por isso foram escolhidos os seguintes escritores: Álvaro Leão, Antonio de Moraes, Clóvis Cabral, Cristino Pimentel, Eurípides de Oliveira, Francisco Maria Filho e Hortênsio Ribeiro. Ambos publicaram principalmente durante a segunda metade do século XX alguns livros de memórias e/ou coletânea de

crônicas, contribuindo assim para uma série de visões e experiências particulares e coletivas relativas a diversos aspectos da sociedade Campinense. Entre elas está a educação.

Serão analisados aqui os seguintes livros: *Aconteceu em Campina* (de Álvaro Leão, publicado em 1966) *Vi, Ouvi e senti: Crônicas da vida campinense e outras narrativas* (de Antonio Moraes, editado em 1985), *Balanço de uma vida: de Campina Grande ao Recife* (exposto comercialmente em 2007), *Abrindo o Livro do Passado, Pedacos da História de Campina Grande. Mais um Mergulho na História Campinense* (Ambos de Cristino Pimentel, de 1956,1985 e 2001 respectivamente), *Eurípides Oliveira, jornalista e construtor de açudes.*(ensaio biográfico escrito por André de Sena em 1999, sobrinho d. Neste livro há diversas crônicas publicadas em jornais pelo biografado), *Crônicas* (de Chico Maria Filho, editado no ano de 1978) e por último *Vultos e Fatos* (de Hortênsio Ribeiro, publicado em 1979).

Ao mesmo tempo em que descrevemos e compreendemos as experiências de nossos cronistas e memorialistas campinenses, tencionamos dentro do possível, escrever um pouco da história da educação desta cidade ao longo destes 50 anos, no qual este artigo está delimitado. Antes, porém, vamos explicar as perspectivas teóricas no qual se enquadra este texto.

Cultura escolar: saberes, conhecimentos e currículos.

As noções de cultura escolar tem significado um importante refinamento metodológico e analítico em diversas pesquisas no Brasil, e proporcionalizado nas últimas décadas um fortalecimento do diálogo com as demais áreas do conhecimento, entre elas a antropologia, a psicologia, a literatura. Segundo Faria Filho (2007) para compreendermos o conceito de cultura escolar devemos, antes de tudo, diferenciar as chamadas dimensões da escolarização, que seriam: a *Escolarização como estabelecimento de processos políticos* e a *Escolarização como representações sociais*. A primeira dimensão pretende designar o estabelecimento de processos e políticas ligadas à organização de redes e instituições responsáveis pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo, e no mais das vezes, da moral e da religião. Já a segunda dimensão a escolarização é entendida como a produção de representações sociais que tem a escola o lócus fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados. Para o autor é justamente essa última faceta da escolarização que permite articular com uma configuração de um tipo

específico de formação e organização cultural denominada *cultura escolar*. Compreendida como categoria de análise, assim Faria Filho (2007) a define:

Forma como uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaços-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares.

A noção de representação de Chartier se quadra perfeitamente nesta perspectiva. A representação é a categoria central da história cultural, incorporada pelos historiadores a partir de Marcel Mauss e Émile Durkheim no início do século XX. Na concepção destes dois sociólogos as representações coletivas são formas integradoras da vida social. Ou seja, as normas, instituições, discursos, imagens e ritos criados socialmente teriam a função de matrizes geradoras de condutas e práticas sociais. Apropriando-se desse conceito, o historiador francês Roger Chartier desenvolveu em seus estudos a matriz de sua noção de representação, que estão nos seus principais textos publicados, com destaque para o livro *A História Cultural: entre práticas e representações* (1990) e no artigo *O Mundo como Representação* (1990). Seu trabalho a partir desses estudos nos anos 1980 será a chave para compressão dos principais paradigmas da história Cultural. E neste sentido que trabalharemos compreendendo a concepção de representações coletivas como matrizes de práticas construtoras de próprio mundo social.

Dentro das dimensões da realidade educacional local nosso enfoque será nas experiências educacionais dos sujeitos escolares no campo que se refere à *história do currículo e das disciplinas escolares*, que interroga a respeito dos programas de ensino, da formalidade e do idealismo a que os mesmos foram submetidos.

História da Educação em Campina Grande.

A história da educação em Campina Grande é uma história recente. O cronista Epaminondas Câmara fazendo um balanço social da segunda metade do século XIX, e de apenas 36 anos de emancipação de Campina Grande, refere-se a uma elite de 23 doutores, entre eles aparecem apenas 5 professoras (1947, p. 89-92). Sabe-se ainda que, em 1894, foi criada a primeira cadeira mista do município, sendo sua regente a professora Auta Leite que ficou no cargo até 1912. Em 1905, foi fundado o *Colégio 15 de Novembro* do professor Severino Correia. No entanto, no apagar das luzes do século XIX, em 1899, vários intelectuais campinenses, sentindo a falta de

uma escola secundária que preparasse candidatos para, principalmente, a Faculdade de Direito de Recife, reuniram-se e fundaram o *Grêmio de Instrução*. (ALMEIDA, 1979, p.323/332).

Uma vez a prefeitura assumindo o prédio, (onde hoje é o Colégio Alfredo Dantas) que ficou pronto no começo de 1900, o curso foi aberto, provisoriamente, em meados de 99. Alguns alunos lograram êxito em cursos superiores, como Hortênsio Ribeiro, Irineu Joffily (filho), Severino Procópio, Cândido de Melo Leitão, João Tavares de Melo Cavalcanti, entre outros (ALMEIDA, op. cit. p. 338; COLETÂNEA..., 1964, p.38).

Em 1913, é fundado o *Gabinete de Leitura* pelo professor Dr. José Coelho, entretanto a idéia partira do pernambucano Lino Fernandes de Azevedo. Esta instituição centralizou durante muitos anos a vida intelectual da cidade de Campina Grande, mantendo biblioteca diariamente aberta ao público, jornal, revista, escola gratuita etc. e promovendo muitas festas cívicas e literárias, entre elas concursos de beleza, e as chamadas “horas literárias”, “Conferências” e “Jornais falados”. Ao deixar de funcionar, em 1935, não foram poucas as queixas dos intelectuais locais, a exemplo do cronista campinense Hortensio Ribeiro.

Na década de 1910 vários colégios vão sendo inaugurados, a exemplo do *Colégio – Instituto Spencer*, estabelecimento de ensino que funcionou entre os anos 1915 e 1917, tendo como responsável o professor José Otávio de Barros; o *Instituto Pedagógico*, fundado na Rua da Lapa, em 1919, pelo tenente Alfredo Dantas, e o *Instituto São Sebastião*, fundado, em 1920, pelo professor e poeta Anézio Leão.

É sobre esse mesmo período que o livreiro Antonio Moraes descreve como era a educação primária em Campina Grande através da escola do professor Pedro Otávio, no qual ele estudou. Na crônica intitulada *A Primeira Escola*, Moraes (1985) procura dá ênfase aos costumes do ambiente escolar; as meninas separadas de um lado, e os meninos de outro; o uso da palmatória, o sistema sanitário; o lugar-tenente do professor com suas malícias; o tratamento dispensado àquelas meninas, filhas de gente rica. Vamos à crônica, vale a pena transcrevê-la:

1918. Sapato novo, mandado fazer, sob encomenda, lá ia eu para a escola do professor Pedro Otávio, levado por Joaquim, um velho amigo da família, e que morava conosco. Da rua onde morávamos, travessa João Ribeiro, depois Travessa da Luz (atual Simeão Leal), para a escola (rua Jovino do Ô, hoje 4 de Outubro), era muito perto, e na segunda semana, eu podia ir sozinho á escola.

Aquele olhar, por cima dos óculos, que o professor lançava sobre os alunos, infundia muito respeito, e no começo me deixou atormentado. Os alunos eram divididos em duas alas. Um lado para as meninas, outro para os meninos, todos em cadeiras separadas. Uma mesa comprida no meio do salão, para os ditados e exercícios

de traslado. E em determinado dia, era a sabatina. A grossa palmatória fazia com que prestássemos toda atenção às perguntas, a fim de que pudéssemos dar respostas certas. Nada mais cabuloso do que estender as mãos às meninas quando levavam o melhor nas respostas. Elas usavam a palmatória sem pena, porque o professor estava presente, e elas também tinham medo. Certa vez, apanhei de levar “bolos” de uma garota de braços cabeludos. Mas de outra vez, eu lhe devolvi os “os bolos”, com certa pena.

Quando o professor se ausentava, por alguns instantes, quem assumia o seu lugar, na cabeça da mesa, era um rapazola franzino, no mais velho, e creio que era o aluno mais adiantado, José de Almeida Barreto.

Quando entrei para escola, já levava, na minha bolsa de tiracolo feita pelo pai, o Terceiro Livro de Felisberto de Carvalho. Ele já havia me ensinado, e eu já escrevia um pouco. As matérias se resumiam em leitura do Terceiro Livro, taboada, paleógrafo ou leitura manuscrita, traslado, e o ditado pelo professor, para cada grupo do mesmo nível. Assim eram as aulas.

Nesse tempo ainda não havia saneamento na cidade. E a casa que tinha sanitário com fossa, já era um luxo. As meninas se serviam do sanitário da residência do professor, que ficava logo após o quintal da escola. A residência era na Rua Irineu Joffily, e a escola era na rua Jovino do Ô, e se comunicavam pelos fundos. Os meninos não gozavam desse privilégio, tinham que satisfazer suas necessidades fisiológicas num matagal em frente à escola, por entre moitas de marmeleiro, jurubebas e carrapateiras. Só podia sair um aluno de cada vez. Levando a “licença”, uma espécie de pedra, ovalada, com a qual tínhamos muito cuidado, para não perdê-la.

Lembro-me de que algumas alunas residiam na Rua Grande (atual Maciel Pinheiro). Eu morava numa transversal, travessa João Ribeiro, a duzentos metros dessa rua. Na Rua Grande estavam localizadas as melhores residências da cidade.

Não era propriamente um recreio, mas alguns minutos de liberdade, onde podíamos falar com os colegas, a hora do lanche. Comprávamos as cocadas, na casa do professor, por um tostão cada uma. O intervalo para o lanche era um alívio e um prazer.

Decorar a taboada cantando:

Um e um – dois
Dois e um – três
Dois e dois – quatro
Quatro e dois – seis.

E ficar boquiabertos com as travessuras do rapazola franzino, José de Almeida Barreto, que, na ausência do professor, virava-se de costa para as meninas, e para os meninos, mostrava o “cipó” rijo, e logo escondia debaixo de um livro aberto.

São as recordações de um tempo bom e de uma infância sem sonhos, naqueles tempos inocentes. (...)

Essa descrição do cotidiano da escola relata as bases do ensino da época, centrados na figura autoritária do professor, na verdade um mestre-escola a exemplo do século XIX, que se utilizava de estratégias duras de controle aos alunos, o que se assemelha e muito às práticas de controle de um regime militar. Não é à toa que um dos maiores professores da cidade na época fosse o Tenente Alfredo Dantas (até

hoje, nome de educandário). O uso da *palmatória ou régua, a separação por sexos*, os ditados e exercícios decorados como a tabuada, ou as atividades de paleógrafo ou leitura manuscrita, podem se distinguir como sendo as principais características do processo educativo da época. A lembrança do livro didático exemplifica a naturalidade do uso do mesmo no dia a dia das aulas.

Dentro dessa mesma lógica, o jornalista Eurípedes Oliveira descreveu em crônica para o Jornal da Paraíba, porém transcrita por Sena (1999) em uma biografia intitulada *Eurípedes Oliveira, jornalista e construtor de açudes*, as suas experiências com este modelo de educação da época. Ao chegar à Campina Grande, Eurípedes teve aulas com o famoso professor Clementino Procópio, na mesma escola em que passariam tantos nomes ilustres dessa cidade. Apesar de aumentar os seus conhecimentos, em cálculos e caligrafia, suas lembranças são permeadas por críticas as formas de instrução de sua época. Vejamos como ele descreve o ambiente escolar do Colégio do mestre Clementino Procópio:

O mobiliário escolar se compunha de uns bancos de madeira para grupos de cinco ou mais alunos conforme a freqüência. Num dos cantos lá do fundo estava uma jarra com água e alguns copos de flandres. A classe mais adiantada ficava sentada diante de uma mesa larga e comprida onde fazíamos nossos trabalhos de escrita logo que chegávamos. O professor sentava a sua cabeceira, pondo diante de si a palmatória e a pedra que os meninos licença e se metia na mata, nos fundos da casa. Somente quando voltava aquele é que outro apanhava a licença, evitando dessa forma que dois ou mais fossem ao menos juntos.

Poucas semanas depois eu recebi, cheio de orgulho, o lugar de decurião. Era o premio ao aluno mais cuidadoso e tinha o privilégio de ficar respondendo pelo professor nas suas raras ausências da sala ... Começamos as aulas fazendo a escrita ditada ou copiada e nela mesma fazíamos a análise gramatical dum trecho marcado. Depois, enquanto o professor corrigia as escritas, ficávamos estudando as lições do dia...Terminada a correção da escrita ele fazia a chamada. Um a um, íamos receber as notas. Se fosse má, estirávamos a mão e recebíamos dois bolos de palmatória; péssima, receberíamos quatro a teríamos que refazer tudo de novo. Se estivesse certa, ele marcava outra para o dia seguinte. Depois da escrita era a vez das lições decoradas. Entregávamos o livro com a lição marcada do dia anterior e ficávamos diante dele (Clementino Procópio), de pé, com os braços caídos ao longo do corpo e recitávamos todas as palavras ali impressas, sem esquecer pontuação, notas ou exemplos. Terminada a prova, os bolos de palmatória, dois ou quatro, conforme a nota recebida e voltávamos a estudar até saber recitar tudo na ponta da língua; às vezes ele voltava as páginas e apenas dizia as primeiras palavras do trecho que nós teríamos de continuar recitando para provar que não tínhamos esquecido as lições anteriores.

Aos sábados havia a sabatina. A classe formava um círculo, ele ao centro, com a palmatória nos joelhos, contava salteado, ora para um, ora para o outro lado, a fim de nos manter atentos a perguntava: o que é verbo? Ou, quantos são os pontos cardeais? Diga a regra para extrair uma raiz quadrada. Onde fica o Cabo da

Boa Esperança? Qual é maior, um ângulo agudo ou um ângulo obtuso? Se o aluno titubeava, ele apontava para outro dizendo: ‘adiante, adiante, adiante, adiante!’, até encontrar quem desse a resposta certa. Então ele entregava a palmatória e o acertador corria a fila e dava um bolo em cada um dos que estivessem errados. Ai dele, se por descuido ou camaradagem desse um bolo pequeno; ele [o professor] tomava a palmatória e lhe dava um bolo exemplar para não dar mais bolo de compadre. O esforço era grande, pois ninguém gostava de apanhar e era preferível estar preparado para dar em vez de sofrer. Nas nossas reuniões, fazíamos as contas e os que mais davam apontados como bons alunos(...)” (SENA, 1999, p.39/40)

A partir de 1919, a instrução em Campina Grande começa a passar por uma intensa transformação. Continuam a crescer o número de escolas, porém um outro modelo de instrução vem aparecendo pouco a pouco, e que de certa maneira entra em choque com o modelo descrito acima, centrado na figura do mestre-escola e no uso do método de Lancaster, com a utilização da palmatória e das práticas do ditado e da tabuada cantada. Um marco importante deste início de transformação foi justamente a fundação do *Instituto Pedagógico*, já citado acima. Entretanto, apesar destas mudanças o ensino primário ainda permanece por muitas décadas centradas no modelo anterior.

O Instituto, como já afirmamos, fora fundado pelo tenente Alfredo Dantas no ano de 1919. Um dado desta entidade foi o seu hino, feito na época pelo poeta Murilo Buarque. O hino tem uma clara analogia entre o ensino e a prática militar. Vejamos:

Quando alegre e felizes marchamos
sob o azul deste céu impoluto
sem querer a sorrir exaltamos
o áureo nome do nosso Instituto
Há do livro ser a couraça
e a caneta há de ser o fuzil
para a glória eterna desta raça
que é o orgulho do nosso Brasil.

Nesta mesma tendência educativa foi criado o *Colégio Paroquial da Imaculada Conceição*, que funcionou entre os anos de 1920 e 1923, tendo como responsável o professor Jorge Muniz. Numa linha mais humanista, foram inaugurados, em 1921 o *Instituto Olavo Bilac*, na Rua da Floresta, pelo professor e poeta Mauro Luna, e provavelmente o afrancesado *Collège Condorcet*, por Hortensio Ribeiro. Já em 1924 é inaugurado o *Grupo Escolar Sólon de Lucena*, construído pelo Governo do estado no local do Comércio Velho, sendo o primeiro grupo estadual de Campina Grande, funcionando por diversos anos no mesmo local. O jornalista Francisco Maria Filho em uma de suas várias crônicas publicadas, relembra a sua famosa professora: Dona

Ambrosina, com o seu “*rosto magro, severo, a fala ligeira*” (FILHO, 1978, p.72). E mais a frente ele relembra as ações da “meiga” professora em meio às indisciplinas dos alunos:

A “carta de A.B.C” – a caligrafia – o “crayon” – a lousa. “ Quem tirou o giz daqui?” “Foi Chico”. E o “puxavante” de orelha fazendo lágrimas nos olhos do menino. A mangação dos meninos fazendo nascer dentro de mim o desejo da vingança primeira. Vingança, que eu cumpria no caderno comprado na Livraria Moderna, a desenhar a figura de Dona Ambrozina, a diretora do grupo. (FILHO, 1978, p.78)

Percebe-se claramente neste trecho o quanto em várias memórias escritas, as lembranças trazem traços de indignação. Dos três cronistas que transcrevemos aqui, todos eles identificam aspectos de controle violento, do professor em relação ao aluno.

Outra questão relacionada às memórias de nossos escritores aqui enredados é citada por Clóvis Cabral em seu *Balanço de uma Vida*. Além dos já referidos bolos de palmatórias, no qual ele se escreve ironicamente em uma de suas crônicas: “*se palmatória fosse à solução para aprender a ler (...) eu seria o maior cientista de todos os tempos.*” (CABRAL, 2007.p.72), o memorialista lembra de momentos nos quais só ia à escola unicamente para se alimentar, pois sabia que na casa do seu professor Anézio Leão, não faltaria comida para os seus necessitados alunos.

Voltando às mudanças de modelos na educação em Campina Grande, percebe-se claramente uma transformação a partir das inaugurações dos colégios particulares ligados a ordens religiosas no município. Isso a partir da década de 1930. Os componentes curriculares passam a serem específicos, cada matéria, um professor, e o uso da palmatória acaba sendo pouco a pouco extinguido, em exceção nas pequenas escolas primárias, que até as décadas de 1950 e 1960 ainda se utilizavam deste recurso perverso de controle. A primeira escola a ser fundada sobre as ordens religiosas foi o *Colégio Imaculada Conceição* (conhecido como Colégio das Damas, com ensino exclusivamente para mulheres) no mês de março de 1931. Um mês depois é inaugurado, em 7 de Abril, pelo vigário José Delgado o *Colégio Diocesano Pio XI*, na Igreja Matriz (hoje Catedral). Em 1932, este mesmo educandário foi transferido para um prédio na Rua João Pessoa.

Estes dois colégios (Damas e Pio XI) juntamente com o Alfredo Dantas foram os modelos de educandários para a cidade de Campina Grande no ensino das elites. O crescimento da qualidade de ensino com a incorporação de novas tendências pedagógicas e formas didáticas, acrescido da parceria dos governos estaduais e municipais na construção de cursos técnicos, vão fazer que antigas escolas de ensino

primário acabem chegando ao fim quase instantaneamente. Foram os casos dos colégios: São José, do professor Clementino Procópio, e o Instituto Olavo Bilac, de Mauro Luna. Os dois fecharam suas portas no ano de 1932.

A característica predominante das mudanças dos ensinamentos das antigas escolas do início do século, para as novas escolas nascentes no início da década de 1930 foi à adequação do ensino profissionalizante e comercial em seus currículos. Tanto o Pio XI como o Alfredo Dantas se notabilizaram durante algumas décadas pela criação de cursos de contabilidade e outros cursos técnicos. Essa opção se adequou a um modelo criado no governo de Getúlio Vargas, preocupado com um ensino mais pragmático. Essa mesma tendência vai ser utilizada na Sociedade Beneficente dos Artistas, importante organização criada pelo já citado Eurípides Oliveira em 26 de Fevereiro de 1929.

Voltando as narrativas autobiográficas, as alusões dos cronistas Cristino Pimentel e Hortensio Ribeiro em relação à educação são geralmente relacionadas a experiências de outras pessoas, quase sempre sujeitos da elite campinense. Ambos são meramente elogiosos com aqueles que eles consideram os grandes intelectuais da cidade: Mauro Luna, e principalmente Clementino Procópio, considerado o decano do magistério campinense. Não há referências a experiências pessoais.

Com relação a Álvaro Leão em seu livro de crônicas as histórias tomam uma conotação quase sempre de humor. Vejamos a crônica: *Foi Jôvino do Ó*. Nela percebemos o quanto à educação era caracterizado por um processo repetitivo ou de reprodução de idéias e fórmulas:

O PAI Manuel da Silva, matriculou-se no “Instituto S. Sebastião”, e no dia seguinte o rapazote foi às aulas. Em sua pasta havia uns quinze livros, afora os cadernos, boletim, lápis, caneta, régua etc. para abri-la, foi um sacrifício! ... O diretor do colégio, muito admirado com a carga do aluno, perguntou:

- Menino, você estuda assim em tantos livros?!

- Estudo, sim senhor. Eu era o primeiro da classe lá em Alagoa Grande.

O professor abriu um dos livros e, nas primeiras folhas, lhe fez diversas perguntas, mas o aluno, “necas”. Abriu outros e outros, fazendo-lhe perguntas tolas, e o “doutor” nada respondeu. Por fim ele disse:

- É capaz de você nem saber quem descobriu o Brasil! ...

O aluno, “mudo e quedo”, continuou cabisbaixo. O mestre prosseguiu:

- Vamos... Responda, quem descobriu o Brasil? ...

É possível que você não saiba quem descobriu o Brasil? ...

Hoje em dia, qualquer criança sabe quem descobriu o Brasil e você, o primeiro aluno de um colégio, não sabe? ...

Enquanto isso, Heráclito Machado, auxiliar do colégio chamou á parte um garotinho muito tolo, porém “muito saído” (Pedro Quintino, atualmente proprietário da “Carpintaria Central”) que

nessa época estava na cara de ABC, e cochichou-lhe ao ouvido. O Pedro, muito “ancho”, foi ao professor, cruzou os braços e disse:

- Professor, eu sei quem descobriu o Brasil...

- Você sabe, Pedro? ...

- Veja lá você em este menino é da carta de ABC e, no entanto, já sabe quem descobriu o Brasil, e você não sabe! ... Diga, Pedro, quem descobriu o Brasil?

- Foi o major Jovino do Ô! ...

A gargalhada foi geral. É escusado dizer que isto foi astúcia do auxiliar do instituto. (LEÃO, 1966, p.84/85).

Para tornamos mais didáticos, achamos mais interessantes deixarmos separados das outras análises o depoimento de Lêônia Leão. Membro da Academia Campinense de Letras, cronista por mais de duas décadas em jornais como o Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba, 85 anos, ex-professora, conhecedora de muitas histórias relacionadas ao ambiente cultural e educacional de Campina Grande a partir da década de 1930. Esse é o perfil de Lêônia Leão, nossa personagem entrevistada.

Estudou no Colégio Alfredo Dantas quase a vida inteira, do primário até antiga oitava série. Fazendo o ginásio no Estadual da Prata. Concluiu o curso comercial ou propedêutico no mesmo Alfredo Dantas. Fez outros cursos depois. Casada com 15 anos, teve três filhas. Iniciada a entrevista Lêônia demonstrou simpatia e por muitas vezes fez um grande esforço na tentativa de responder nossas perguntas.

Em suas reminiscências Lêônia lembrou durante a entrevista de poucos professores que teve durante a vida escolar, como Almeida Barreto, Oliveira e Marinho. Se referindo ao status que os mesmos recebia na sociedade campinense em sua época ela se referiu: *“ganhavam muito pouco”, “eles tinham outras profissões e ensinavam a noite”*. Na escola onde estudou, o Colégio Alfredo Dantas, lembra com um sorriso no rosto a boa educação dona época, *“o 1º Grau lá, o exame de admissão daquela época eram um vestibular”*. Lembrando o cotidiano na sala de aula ela falou: *“tínhamos geralmente cinco aulas. De sete da manhã até o meio dia. E as aulas duravam mais de uma hora. Tínhamos um intervalo de meia hora só para o Recreio.”* Sendo as aulas com métodos tradicionais, baseados quase sempre na figura do livro, com uma cobrança continua na realização dos exercícios. As matérias eram matemática, Português, Física, Química, Francês, entre outras

Neste mesmo fluxo de memória Lêônia Leão ainda lembra do dono do colégio: Alfredo Dantas, do qual ainda conheceu no primário. Segunda ela um sujeito muito austero, assim como sua esposa Dona Iaiá. Numa mesma linha de pensamento destacou os castigos que existiam. Exemplo: em caso de indisciplina os alunos ficavam junto de um esqueleto na secretária da instituição.

Conclusão

De maneira geral, as referências a educação escolar dos nossos cronistas e memorialistas campinenses são quase sempre caracterizados por duas concepções. Uma, centrada nas contribuições dos seus respectivos professores para construção do que eles se tornaram, é o caso de Cristino Pimentel e Hortensio Ribeiro. Em suas crônicas sobre os professores Clementino Procópio e Mauro Luna, por exemplo, as alusões são elogiosas, descrevendo as contribuições de ambos para engrandecimento da cidade, na formação de uma elite política e cultural no início do século. A outra concepção, pautada em nossas propostas de captação das experiências pessoais, das representações criadas na figura do professor e do ambiente educacional, as alusões corriqueiramente irônicas e demasiadas críticas. São imagens construídas por representações depreciativas do ambiente escolar. Há uma edificação de um painel escolar muitas vezes impiedoso e severo, marcada por aulas sufocantes e professores autoritários, que aterrorizam cotidianamente as crianças, como é o caso das crônicas dos escritores Antonio Pereira de Moraes, Francisco Maria Filho e Eurípedes de Oliveira. As experiências descritas por ambos trazem uma triste característica: a infelicidade nos primeiros anos de escolarização, uma crítica aos métodos de alfabetização, aos traços arbitrários, ridículos e monótonos dos professores e diretores. Desta maneira, as representações de nossos cronistas e memorialistas campinenses são marcadas por experiências quase sempre traumáticas e pela precariedade do ensino, pelo imprevisto, pela arbitrariedade e pela monotonia.

